



## Percepções de bibliotecários sobre indexação e políticas de indexação

### Perceptions of librarians on indexing and indexing policies

Adriana Klann <sup>1</sup>

<[aklann@ucs.br](mailto:aklann@ucs.br)>

Flávia Brocchetto Ramos <sup>2</sup>

<[fbramos@ucs.br](mailto:fbramos@ucs.br)>

Submetido em: 04-08-2022	Aceito em: 11-04-2023
--------------------------	-----------------------

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar percepções que bibliotecários entrevistados manifestaram acerca do processo de indexação na biblioteca em que atuam e da importância de formalizar uma política de indexação em bibliotecas. Assim, apresenta considerações de autores da Biblioteconomia e da Ciência da Informação sobre o processo de indexação e as funções e finalidades da política de indexação em bibliotecas, e, na sequência, um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa de dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com 23 bibliotecários atuantes em bibliotecas escolares, públicas e universitárias no Brasil, em outubro de 2020, o qual evidenciou que, acerca do processo de indexação, os bibliotecários entrevistados consideram as necessidades de revocação e precisão dos usuários das bibliotecas em que atuam, e, também, a composição do acervo da biblioteca no que tange às suas áreas do conhecimento e à variedade de seus tipos documentais, mas mais da metade deles não têm suas decisões balizadas em uma política de indexação, o que inviabiliza a consistência

<sup>1</sup> Especialista em Literatura Infantil e Juvenil: da Composição à Educação Literária pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduada em Biblioteconomia (2021) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e em Direito (2016) e Letras (2011) pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Letras pela PUCRS. Especialista em Literatura Brasileira pela PUCRS e graduada em Letras e Biblioteconomia pela UCS. Pós-doutora em Educação na FaE/UFMG. Professora Titular na Universidade de Caxias do Sul. Desenvolveu pós-doutorado, como pesquisadora sênior pela CAPES, na Universidade de Lisboa, no Instituto de Ciências Sociais.



nos níveis de exaustividade e especificidade e na linguagem utilizados no catálogo. Porém, ainda que a construção de uma política de indexação não prevaleça nas suas rotinas, visto que apenas 39,1% afirmaram ter uma política de indexação formalizada, um de uma biblioteca escolar, um de uma biblioteca pública e sete de bibliotecas universitárias, a exposição de suas percepções fornece detalhes de como ocorre o processo de indexação nesses tipos de bibliotecas, o que pode ser útil a profissionais que desejem construir diretrizes de indexação em bibliotecas.

**Palavras-chave:** Bibliotecários; indexação; política de Indexação.

## 1 INTRODUÇÃO

A indexação é reconhecida desde a época dos registros em argila na Mesopotâmia (Iraque, atualmente), quando os conteúdos das tábuas de argila gravados em escrita cuneiforme eram representados em pequenas etiquetas anexadas às laterais dos espaços de armazenamento das tábuas (GIL LEIVA, 2012). Entretanto, o seu grande desenvolvimento só ocorre com o aumento de publicações no final do século XIX, que suscitou daquele momento em diante estudos a seu respeito (FUJITA; RUBI; BOCCATTO, 2009).

À vista disso, muitas definições, com uma variedade de verbos, têm sido desenvolvidas para conceituá-la. A ação de indexação, em geral, é descrita por verbos como: “reter, extrair, captar, resumir, descrever, caracterizar, escolher, analisar, identificar, traduzir, indexar, indicar, interpretar, enumerar, etc.” (GIL LEIVA, 2012, p. 68). Na norma técnica brasileira NBR 12.676 – Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), uma tradução da norma ISO 5963, publicada em 1985 pela *Internacional Standardization for Organization* (ISO), a indexação é definida como o “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (ABNT, 1992, p. 2).

Chaumier (1988, p. 63), por sua vez, entende “a indexação como descrição e caracterização dos conceitos contidos em um documento”, o que é de tal



importância que condiciona “[...] o valor de um sistema documentário [...]”, pois uma indexação inadequada ou mesmo insuficiente, denota 90% das causas essenciais de ruídos ou de silêncios em pesquisa bibliográfica. Para o autor, “ruído” são os documentos não pertinentes à questão de pesquisa encontrados durante a busca, e, “silêncio”, os documentos pertinentes que existem no acervo, mas que não são localizados na busca.

Logo, as teorias mais atuais sobre indexação contemplam a recuperação da informação, ou seja, percebem a indexação e a recuperação da informação como “[...] duas faces da mesma moeda” (GIL LEIVA, 2012, p. 31). Lancaster (2004), por exemplo, ao explicar que, no âmbito da representação do conteúdo temático dos documentos, o indexador descreve o conteúdo do documento pelo emprego de um ou vários termos de indexação – em geral selecionados de algum tipo de vocabulário controlado –, ensina que os termos atribuídos no processo de indexação “servem como pontos de acesso mediante os quais um item é localizado e recuperado, durante uma busca por assunto num índice publicado ou numa base de dados eletrônica” (LANCASTER, 2004, p. 6). As pesquisadoras Fujita, Rubi e Bocato (2009, p. 38) asseveram que a indexação “[...] apresenta melhor sistematização de procedimentos e avaliação de desempenho na recuperação da informação, que são vantagens importantes a serem acrescentadas na evolução atual dos catálogos on-line.

Nesse contexto, a partir de reconhecimento preliminar das etapas do processo de indexação e das funções e finalidades de uma política de indexação em bibliotecas com base em teóricos da área da Biblioteconomia, como Carneiro (1985), Gil Leiva (2012) e Fujita (2016), e da Ciência da Informação, como Chaumier (1988) e Lancaster (2004), este estudo tem por objetivo analisar percepções de bibliotecários de bibliotecas escolares, públicas e universitárias acerca do processo de indexação na biblioteca em que atuam e da importância de formalizar uma política de indexação em bibliotecas, além de expor como esses profissionais têm articulado elementos do processo de indexação nas suas práticas cotidianas.



## 2 O PROCESSO DA INDEXAÇÃO E A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Com o propósito de permitir a recuperação da informação, a indexação é um processo realizado em estágios ou etapas que tendem a se sobrepôr (ABNT, 1992). Estudiosos sobre o assunto, com algumas percepções diferentes sobre o número de operações necessárias à indexação, costumam identificar estas duas etapas fundamentais: a análise e a representação (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009). Na análise, faz-se a leitura técnica para identificar o tema ou assunto do documento; enquanto na representação, há a tradução do assunto do documento em um conjunto de termos que o representarão para que possa ser recuperado no sistema. Para tanto, o indexador pode utilizar a linguagem natural, extraíndo termos da própria obra indexada ou atribuindo, sem auxílio de instrumentos de indexação, outros termos que não constam nela, ou a linguagem controlada, quando atribui a ela termos extraídos de algum vocabulário controlado, isto é, de uma lista de termos autorizados (LANCASTER, 2004).

E, desse modo, para “[...] que qualquer documento ou informação seja fornecido ao usuário no momento preciso” (CARNEIRO, 1985, p. 222), é imprescindível que o processo de indexação esteja estabelecido numa política formalizada por escrito que guie o bibliotecário nas tomadas de decisões, sem perder de vista as necessidades e especificidades daqueles que buscarão o documento ou a informação por meio de termos indexados.

Na política de indexação, são previstos critérios e princípios que nortearão o trabalho do indexador. De acordo com Carneiro (1985), devem ser considerados ao se elaborar uma política de indexação os seguintes elementos: a) cobertura de assuntos; b) seleção e aquisição de documento-fonte; c) o processo de indexação (que abrange as variáveis referentes aos níveis de exaustividade e especificidade, à escolha de linguagem e à capacidade de revocação e precisão do sistema); d) estratégia de busca; e) tempo de resposta do sistema; f) formato de saída dos dados; e g) avaliação do sistema.

Do conjunto de elementos indicados por Carneiro (1985), o processo de indexação é essencial e merece máxima atenção na política de indexação, visto que contém variáveis que exercem influência direta na recuperação da informação.



O nível de exaustividade diz respeito ao número de termos atribuídos a cada documento ou mesmo extraídos de cada um, e o nível de especificidade, ao grau de precisão com que um termo de indexação representará o conceito que aparece no documento (ABNT, 1992). Quanto ao número de termos, a indexação pode ser seletiva, com o emprego de número mínimo de termos para representar o conteúdo temático do documento, ou exaustiva, com um número maior de termos suficientes para abrangê-lo em sua completude, tornando-o mais acessível, e, possivelmente, mais fácil de ser recuperado na pesquisa em catálogo, embora com menos precisão. Já em relação à especificidade, um nível alto desta, com termos bastante específicos para abranger o documento, pode ser indispensável quando os usuários não se contentam com termos genéricos, exigindo indexação mais específica, que mesmo baixando a revocação, tornará a recuperação dos itens mais precisa durante a busca bibliográfica no sistema (LANCASTER, 2004).

As diretrizes sobre os níveis de exaustividade e especificidade são pensadas a partir do conhecimento que se tem dos interesses e necessidades dos usuários do ambiente informacional para o qual a política é concebida, não se excluindo a possibilidade de serem alteradas consoante as necessidades de informação observadas. Por exemplo, quando os pedidos formulados pelos usuários do sistema indicarem que alguns tipos de itens só poderão ter seus conteúdos conhecidos se um nível mais exaustivo for empregado, ou, caso se tome conhecimento de que o nível de especificidade deveria ser modificado porque os usuários seriam mais bem atendidos por meio de uma indexação de determinado assunto em um nível mais genérico (LANCASTER, 2004).

A escolha da linguagem também impacta na recuperação da informação. O uso da linguagem natural ou livre pode até deixar a operação de indexação mais rápida, porém durante a busca é capaz de dificultar a recuperação da informação, pois o usuário poderá ter que usar várias grafias possíveis, no termo de pesquisa no singular ou no plural, em seus sinônimos ou em outros termos que possuem relação com o assunto pesquisado até encontrar o que procura. Ao passo que o emprego da linguagem controlada reduz o esforço gasto na busca (CARNEIRO, 1985), haja vista essa linguagem constituir-se de um conjunto de termos organizados de maneira hierarquizada e/ou alfabética que diminui a diversidade de terminologia,



necessitando apenas que o bibliotecário durante a indexação e os usuários em situações específicas de busca tenham a mesma preferência na escolha de termos, o que nem sempre acontece (LOPES, 2002). De qualquer forma, como salienta Carneiro (1985), a linguagem controlada, por permitir consistência maior na indexação, é a mais indicada para um sistema que atue em base cooperativa, e, ainda, conforme sustenta Boccato (2012, p. 144), “[...] possibilitará a representação de assuntos de áreas científicas que reverterá na qualidade da pesquisa realizada e na credibilidade do catálogo on-line [...]”. As bibliotecas universitárias, por exemplo, costumam utilizar linguagens documentais externas – da *Library of Congress*, da Fundação Biblioteca Nacional, da Rede Bibliodata, da Rede Pergamum, o Vocabulário Controlado da USP, o Tesouro *Spines*, a linguagem da UNESP, entre outras –, e, mais raramente, um vocabulário de construção própria, de acordo com a pesquisa realizada por Fujita e Santos (2016).

Por conseguinte, todas essas variáveis precisam ser avaliadas conforme as necessidades ou interesses dos usuários, no que concerne à capacidade de revocação e precisão do sistema, as quais têm uma relação inversa, pois quanto maior for a revocação, menor será a precisão, e vice-versa. Se os usuários demandarem pesquisas mais exaustivas, a revocação terá de ser maior, tolerando-se precisão menor; se os usuários precisarem rapidamente de poucos documentos sobre um assunto, um alto nível de precisão será requerido; mas, também, pode ocorrer de ser exigido um sistema equilibrado, com um nível razoável de revocação e um nível aceitável de precisão (CARNEIRO, 1985). Nas palavras de Fujita (2016, p. 63), “a política de indexação é dinâmica e deve atentar para a sua própria atualização, visto que as condições em que é instaurada se alteram”. Caso não passe por revisões e reformulações que acompanhem as demandas dos usuários, pode virar documento obsoleto, destituído de valor para a qualificação da indexação.

Isso porque a política de indexação é um “conjunto de diretrizes relacionadas à determinação dos campos de tratamento, seleção do nível de análise dos documentos a serem indexados [...], tipos de documentos a serem processados e demais ações necessárias à otimização do serviço de informação” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 285). Trata-se, portanto, de decisão administrativa que, ao



identificar condutas e práticas dos envolvidos no tratamento da informação da biblioteca, busca definir “[...] um padrão de cultura organizacional coerente” (RUBI, 2009, p. 83).

A política de indexação constituída expõe os objetivos da biblioteca, mas a sua inexistência também pode mostrar como a indexação é percebida dentro dela. A implantação de política de indexação é uma ação desnecessária quando a indexação é apenas atividade do processamento técnico que não exige quaisquer procedimentos sistematizados para identificar o assunto do documento, realizando-se através de rápida leitura que identifique e extraia os termos para representar o seu conteúdo (RUBI, 2012). Nessa circunstância, Fujita e Santos (2016) também identificam, por amostragem, outras deficiências estruturais que impossibilitam o avanço e o aprimoramento da prática de indexação, sendo a mais grave delas, segundo as autoras, a constatação de que a atividade de indexação é realizada por auxiliares sem formação inicial, e, por consequência, impossibilitados de receber uma formação continuada para desenvolvê-la.

À vista disso, para o aperfeiçoamento da prática de indexação, “[...] deve-se constituir um documento formal, estruturado e alinhado com o contexto informacional, que seja capaz de regular e orientar o trabalho do indexador e a maneira segundo a qual a representação temática deve ser concluída” (OLIVEIRA, 2017, p. 42). Não obstante, o contexto da decisão da política de indexação afetará em alguma medida a recuperação da informação, finalidade da política de indexação (FUJITA, 2016). E os seus efeitos precisarão ser controlados, ou seja, a indexação passará por avaliações periódicas para observar se os propósitos da política estão sendo cumpridos, se algo do seu conteúdo precisa ser alterado para melhorar o serviço prestado; ainda mais com a disponibilização de catálogos *online*, que, consultados remotamente, atendem a uma comunidade cada vez maior de usuários (FUJITA; SANTOS, 2016).

As reflexões tecidas demonstram como a política de indexação vai além da função de negociar as decisões acerca da indexação e de registrá-las consoante as circunstâncias envolvidas. A sua principal função é “[...] orientar e sistematizar o trabalho do indexador para o aprimoramento da indexação e, por conseguinte, da recuperação da informação” (FUJITA, 2016, p. 16), o que só é possível se



bibliotecários indexadores e do serviço de referência acompanharem as necessidades e os interesses dos usuários, daqueles que dependem da qualidade da indexação para recuperar a informação, com vistas a manter a política de indexação existente sempre atualizada e não como documento burocrático, sem importância real para a recuperação da informação.

Postas essas questões conceituais atinentes à indexação como processo e à política de indexação, na sequência são evidenciados os detalhes do estudo realizado a partir de entrevistas com bibliotecários atuantes em diferentes tipos de biblioteca.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo de caráter exploratório procura analisar por meio da abordagem quantitativa e qualitativa as percepções que 23 bibliotecários entrevistados manifestaram acerca do processo de indexação na biblioteca em que atuam e da pertinência de uma política de indexação formalizada em bibliotecas, haja vista que “[...] entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados [...]” (DUARTE, 2004, p. 215).

Desse modo, o instrumento para a construção de dados foi uma entrevista estruturada com 13 questões agrupadas em quatro blocos: (i) a formação e a experiência profissional, (ii) o processo de indexação na biblioteca em que atua, (iii) a indexação como suporte às atividades biblioteconômicas e (iv) a política de indexação. A entrevista foi realizada por estudantes da disciplina Fundamentos de Organização da Informação, do curso de Biblioteconomia da Universidade de Caxias do Sul (UCS), no mês de outubro de 2020, com 23 bibliotecários atuantes em bibliotecas – quatro de bibliotecas escolares, três de bibliotecas públicas e 16 de bibliotecas universitárias, de seis Estados brasileiros (Ceará, Distrito Federal, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), e vinculadas a 11 instituições públicas e a 12 privadas, destas três escolas particulares, seis universidades comunitárias e três centros universitários. Tal amostra foi formada por escolha de estudantes de um curso na modalidade de ensino a distância (EaD), que, em razão do isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus



(COVID-19), tiveram que encontrar bibliotecários que concedessem entrevistas sem encontros presenciais. Assim, das 23 entrevistas concedidas, quatro foram realizadas por meio de mensagens de texto/áudio no *WhatsApp*, e 19, por mensagens escritas enviadas por *e-mail*.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para visualizar os resultados da amostra e discuti-los, os dados obtidos por entrevistas foram organizados e explorados para que pudessem ser identificadas as percepções desses grupos de bibliotecários – de bibliotecas escolares, de bibliotecas públicas e de bibliotecas universitárias – a partir destes três eixos temáticos: a) processo de indexação; b) formalização de uma política de indexação e sua revisão; e c) importância da política de indexação em bibliotecas.

### 4.1 Processo de indexação

Dos 23 bibliotecários entrevistados, quatro de bibliotecas escolares, três de bibliotecas públicas e 16 de bibliotecas universitárias, conforme pode ser visualizado na Tabela 1 a seguir, 20 responderam que a indexação era a sua atividade atual e 19 responderam que já tinham experiência com o processo de indexação de materiais em outros locais de trabalho antes de atuar nas bibliotecas em que estavam lotados, correspondendo, respectivamente, a 87% dos bibliotecários entrevistados trabalhando com indexação naquele momento e 82,6% que já haviam trabalhado antes com indexação, o que revela um grupo de entrevistados, em sua maioria, experiente no processo de indexação.

**Tabela 1 - Experiência com o processo de indexação**

Bibliotecários	Com experiência anterior com processo de indexação		Sem experiência anterior com processo de indexação		Experiência atual com processo de indexação	
	N	%	N	%	N	%
Biblioteca Escolar	4	17,4	0	0,0	4	17,4
Biblioteca Pública	3	13,0	0	0,0	2	8,7
Biblioteca Universitária	12	52,2	4	17,4	14	60,9
Total	19	82,6	4	17,4	20	87,0

Fonte: Elaboração própria (2021).

Sobre o processo de indexação em si, foram feitas perguntas aos 23 bibliotecários sobre quais os tipos de documentos eram indexados, os níveis de exaustividade e especificidade e a linguagem utilizada para a indexação na biblioteca em que atuam. E as suas respostas acerca da escolha desses níveis e da linguagem para indexação foram organizadas nas Tabelas 2 e 3 abaixo.

**Tabela 2 - Níveis de exaustividade e especificidade para indexação**

Bibliotecários	Níveis de Exaustividade						Níveis de Especificidade							
	≤ 5 termos		> 5 termos		Conforme o tipo do material		Baixo		Moderado		Alto		Conforme o tipo do material	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Biblioteca Escolar	3	13,0	1	4,3	0	0,0	0	0,0	4	17,4	0	0,0	0	0,0
Biblioteca Pública	2	8,7	0	0,0	1	4,3	1	4,3	0	0	0	0,0	2	8,7
Biblioteca Universitária	5	21,7	2	8,7	9	39,1	1	4,3	7	30,4	4	17,4	4	17,4
Total	10	43,5	3	13,0	10	43,5	2	8,7	11	47,8	4	17,4	6	26,1

Fonte: Elaboração própria (2021).

A partir da Tabela 2, percebe-se que 43,5% dos 23 bibliotecários entrevistados preferem usar até cinco termos na indexação de diversos materiais, e que o mesmo percentual entende que o nível de exaustividade deva ser escolhido conforme o tipo de material, com apenas 13% decidindo por mais de 5 termos na



indexação. Já, em relação à especificidade dos termos, 47,8% deles decidem por um nível de especificidade moderado para indexar diferentes materiais, enquanto 26,1% demonstram que a especificidade da indexação deve ser em conformidade ao tipo de material a indexar, e, ainda, 17,4% dos entrevistados escolhem um nível alto e 8,7, um nível baixo de especificidade na indexação.

Quanto à linguagem para indexação, com dados expostos na Tabela 3, o estudo identificou preferência do total de entrevistados pela linguagem controlada na indexação, pois 65,2% deles responderam que nas bibliotecas em que atuam é usada apenas a linguagem controlada, ao passo que 26,1% usam a linguagem natural e 8,7% usam tanto a linguagem natural quanto a controlada.

**Tabela 3 - Linguagem para indexação**

Bibliotecários	Linguagem					
	Apenas Natural		Apenas Controlada		Natural e Controlada	
	N	%	N	%	N	%
Biblioteca Escolar	3	13,0	1	4,3	0	0,0
Biblioteca Pública	1	4,3	2	8,7	0	0,0
Biblioteca Universitária	2	8,7	12	52,2	2	8,7
Total	6	26,1	15	65,2	2	8,7

Fonte: Elaboração própria (2021).

Diante das respostas, resta ainda explorar as distintas e similares percepções dos bibliotecários entrevistados sobre o processo de indexação, a começar pelos grupos desses profissionais que atuam no mesmo tipo de biblioteca.

Os quatro bibliotecários atuantes em bibliotecas escolares responderam que indexam sobretudo livros; apenas um disse indexar também periódicos. Quanto ao nível de exaustividade, em geral, esses interlocutores manifestaram a preferência por, em média, três a cinco termos, independentemente, do tipo de material a ser indexado. Todavia, em uma biblioteca, o bibliotecário informou que até 20 termos poderiam ser usados na indexação de livros didáticos. Já em relação ao nível de especificidade, todos indicaram o nível moderado como mais apropriado. E, em relação à linguagem escolhida nessas bibliotecas, a linguagem natural foi a mais citada. O uso de um cabeçalho de assuntos e de outras fontes de linguagem controlada, como a base da Rede Pergamum e a da Biblioteca Nacional, foi



declarado por somente uma bibliotecária que atua em uma rede de bibliotecas. De acordo com ela, o uso da linguagem livre, que permitiria uma variabilidade de termos, não seria oportuno para recuperar a informação nas bases integradas.

Na percepção desses bibliotecários, os níveis de exaustividade e especificidade utilizados são adequados para o público atendido. Isso porque, nas palavras de uma bibliotecária entrevistada, “auxiliam a recuperar a informação com mais rapidez e eficiência, poupando o tempo do [...] leitor, que às vezes é um professor apressado, um pai ou mãe que precisam logo daquela informação [...]”. De outro lado, outro bibliotecário destacou que não se atinha a níveis de exaustividade e especificidade, porque só lidava com literatura destinada ao público infantil. Acerca da linguagem natural ser adequada para a biblioteca escolar, outra bibliotecária justificou o uso dessa linguagem por lhe permitir identificar o documento com palavras que ela própria e os alunos utilizariam para buscá-lo.

Os três bibliotecários que atuam em bibliotecas públicas assinalaram que indexam também outros tipos de documentos. Além de livros, realizam a indexação de periódicos, folhetos, CDs, DVDs e outros multimeios. O nível de exaustividade também variou. Poderiam ser utilizados de um a cinco termos numa biblioteca; noutra, de dois a quatro; e, em uma terceira, conforme pontuou um bibliotecário, seria um número que o catalogador entendesse necessário para descrever o documento, levando-se em conta que, por ser uma biblioteca generalista, um número excessivo de termos poderia causar ruído nos resultados de busca. Acerca do nível de especificidade, esses bibliotecários indicaram que dependeria do documento, mas que, em geral, seria baixo, ou seja, seriam usados termos mais genéricos. E, quanto à linguagem utilizada, a controlada foi a mais escolhida para indexar documentos pelos profissionais dessas bibliotecas.

Dessa maneira, no entendimento dos bibliotecários de biblioteca pública entrevistados, os níveis de exaustividade e especificidade praticados na indexação de documentos em suas bibliotecas são adequados, porém, também podem ser alterados conforme a observação de demandas dos usuários, e um controle do vocabulário seria oportuno – principalmente, a partir do uso de vocabulários da Biblioteca Nacional e da *Library of Congress* –, visto que, como salientou um desses bibliotecários, a linguagem controlada é “largamente utilizada no país, possui um



sistema de manutenção centralizado, apresenta bons encadeamentos hierárquicos e de sinonímia e a prática cotidiana tem mostrado que funciona na recuperação dos registros”. Por sua vez, outro sujeito evidenciou que, frente à desvantagem de uso da linguagem natural acarretar muitos sinônimos, a criação de vocabulário controlado seria ideal na sua biblioteca, pois facilitaria a busca dos documentos.

Em bibliotecas universitárias, indexa-se uma variedade ainda maior de tipos documentais. Em geral, consoante os 16 bibliotecários que concederam entrevistas, são indexados livros físicos e digitais (e-books), capítulos de livros, periódicos, artigos de periódicos, TCCs da graduação, monografias de pós-graduação, dissertações, teses, normas técnicas, folhetos, partituras, mapas, fotografias, CDs, DVDs, entre outros. E, diante disso, os níveis de exaustividade e especificidade de referência poderiam variar conforme os tipos de documentos. No que diz respeito à exaustividade, a maioria dos bibliotecários declarou que, no mínimo, três termos teriam de ser atribuídos a cada documento, podendo variar conforme o tipo a indexar. Um bibliotecário afirmou que, no mínimo, sete termos precisariam ser indexados, e nove bibliotecários declararam que não havia uma média de descritores estabelecida para quaisquer tipos de documentos, mas que o indexador usaria o bom senso para decidir o número de descritores para descrever cada um, não o deixando com pouca informação ou com uma lista extensa de termos que prejudicasse a sua recuperação. Em relação à especificidade, de moderado a alto foram os níveis indicados por mais da metade dos 16 bibliotecários entrevistados. E, quanto à linguagem de indexação, ficou evidente a preponderância da aplicação da linguagem controlada. Ao todo, 12 bibliotecários confirmaram o uso de outras fontes que não o próprio material para proceder à indexação, em especial de várias linguagens documentais externas, como as da *Library of Congress*, da Biblioteca Nacional, da Rede Pergamum, do vocabulário controlado da USP e do vocabulário controlado da EBSCO. Houve dois bibliotecários que sustentaram o uso de termos da linguagem natural e, também, da linguagem controlada para representar os conceitos de um documento. Por exemplo, o bibliotecário que apontou o uso de, no mínimo, sete descritores, afirmou incluir “em um documento dois termos controlados e de cinco a dez termos de linguagem natural”. E apenas dois bibliotecários disseram usar somente a linguagem natural na indexação.



Assim, para os bibliotecários de bibliotecas universitárias entrevistados, os níveis de exaustividade e especificidade que vêm utilizando são adequados. Quando sugeriram que poderiam ocorrer alteração desses níveis, justificaram-na apenas se houvesse a necessidade de busca mais precisa. Em relação à linguagem escolhida, um dos bibliotecários que trabalha com a linguagem natural, em geral, extraíndo temas do sumário da obra, revelou que essa linguagem não era conveniente para ele e que “gostaria muito de ter um catálogo de indexação, ou até uma base de dados de indexação que pudesse ser utilizada”. Enquanto os outros dois bibliotecários que também a usam a consideraram adequada. Um a justificou em razão de a biblioteca atender alunos tanto do Ensino Médio quanto do Superior. E outro consignou que a linguagem natural “atende às necessidades do público universitário na pesquisa”, mas que seria implementado o vocabulário controlado. Quanto à linguagem controlada, os usuários consideraram-na adequada para satisfazer as necessidades dos usuários. Desses, a maioria salientou vantagens na linguagem controlada, tais como: a uniformidade dos termos, eliminando duplicidade, a consistência no processo de indexação e, por consequência, do catálogo, a maior facilidade de encontrar o termo desejado, com a eliminação dos “conflitos de comunicação entre os indexadores e os usuários, pois ambos terão acesso aos termos”.

Dos resultados, depreende-se que, alinhados às teorias que sustentam a indexação como um processo crucial para recuperação da informação, os bibliotecários em suas práticas de indexação fazem escolhas relativas aos níveis de exaustividade e especificidade e à linguagem levando em consideração o grau de precisão demandado pelos usuários em suas pesquisas, e, também, a composição do acervo no que tange às suas áreas do conhecimento e à variedade de seus tipos documentais.

Para os bibliotecários escolares entrevistados, é importante ter um considerável número de termos da linguagem natural extraídos dos livros que possuem no acervo, especificando moderadamente os seus conteúdos, para que o público escolar possa recuperá-los de modo mais fácil em suas pesquisas bibliográficas necessárias à conclusão de atividades de ensino e aprendizagem. A exceção ao uso da linguagem natural na biblioteca escolar é quando esta faz parte



de uma rede de bibliotecas. Enquanto na biblioteca pública, há variedade maior de materiais e de usuários, que, por não serem especializados, em geral, não requerem tanta precisão em suas buscas por materiais, apenas linguagem com menos sinônimos para agilizar a recuperação de informação. E, de outra parte, os bibliotecários de biblioteca universitária reconhecem a exigência por precisão do público universitário, indicando a utilização de níveis mais altos de especificidade, com nível equilibrado de exaustividade, e o uso da linguagem controlada para satisfazer as necessidades dos usuários em suas buscas por diversos materiais que contribuam ao desenvolvimento de suas pesquisas científicas.

## 4.2 Formalização de uma política de indexação e sua revisão

A existência de uma política de indexação formalizada também foi objeto de pergunta nas entrevistas realizadas, que revelou, como se pode depreender dos dados da Tabela 4, que mais da metade dos bibliotecários entrevistados não trabalha com uma política de indexação formalizada.

**Tabela 4** – Existência de políticas de indexação formalizadas

Bibliotecários	Com política de indexação formalizada		Sem política de indexação formalizada	
	N	%	N	%
Biblioteca Escolar	1	4,3	3	13,0
Biblioteca Pública	1	4,3	2	8,7
Biblioteca Universitária	7	30,4	8	34,8
Total	9	39,1	13	56,5

Fonte: Elaboração própria (2021).

Dos 23 bibliotecários entrevistados, 13, o que corresponde a 56,5% do total de entrevistados, informaram que não havia política de indexação nas bibliotecas em que trabalham, e, apenas nove, ou seja, 39,1% da amostra, afirmaram que havia política de indexação constituída, e uma bibliotecária não soube informar se havia ou não, visto que não realizava indexação de documentos na biblioteca universitária em que se encontrava efetivada, sendo a sua incerteza sobre essa questão da entrevista a razão pela qual o percentual total na tabela não atinge 100%.



Dentre os três bibliotecários das bibliotecas escolares que disseram não ter política de indexação formalizada em suas bibliotecas, dois nunca consideraram implantar política de indexação, um, por conta do tamanho da biblioteca, e, outro, por considerar a política de indexação um documento inútil na prática desse espaço. Apenas um bibliotecário escolar considerou a política documento importante que precisava ser formalizado na biblioteca em que atua, pois esta faz parte de uma rede de bibliotecas e “as escolhas de um indexador impactam diretamente no trabalho de outro”.

Dois entrevistados de biblioteca pública indicaram que a formalização de política de indexação havia sido considerada no passado. Para um, em razão de facilitar a adaptação de novos funcionários que venham a trabalhar na instituição, e, para outro, porque a composição de um único documento com os procedimentos de catalogação, indexação e classificação será necessária ao implementar um novo *software*.

Para oito bibliotecários de bibliotecas universitárias, a falta de uma política de indexação foi sentida, porque estão trabalhando em rede. Todos julgam a política de indexação como importante para guiá-los na rotina de cooperação entre bibliotecas e que até já pensaram em construí-la e implantá-la em suas bibliotecas universitárias. Um bibliotecário explicou que a política de indexação estava em construção na sua biblioteca e que seria concluída em 2021; outro asseverou que só seria necessária quando fosse posto em prática o uso de vocabulário controlado; e quatro disseram que, embora não a tivessem formalizada, havia algumas decisões de antemão expostas para que os indexadores pudessem se orientar no processo de indexação. Ainda houve dois que explicaram que a política de indexação ainda não havia sido construída por não ter equipe e tempo suficientes para elaborá-la.

Àqueles que confirmaram a existência de política de indexação formalizada foi questionado se a política passava por algum tipo de revisão e/ou reformulação. E os nove bibliotecários asseguraram que a política sofria revisões, porque era importante aprimorá-la e mantê-la atualizada e eficiente frente às necessidades dos usuários.

Esse panorama revela que a oportunidade de elaborar política de indexação é criada quando os bibliotecários se dão conta do seu potencial para uniformizar os procedimentos realizados por uma equipe de indexadores no processamento



técnico. E, após a sua implementação, os bibliotecários compreendem que os seus efeitos práticos precisam ser acompanhados para garantir a sua finalidade de prestar um serviço de recuperação da informação qualificado na biblioteca.

### 4.3 Importância da política de indexação em bibliotecas

Por último, os bibliotecários de bibliotecas escolares, públicas e universitárias foram indagados sobre o papel da política de indexação em bibliotecas.

Um profissional atuante em biblioteca escolar julgou que a política de indexação não teria nenhuma importância. Nas suas palavras, políticas de indexação são “[...] um academicismo que não se aplica, ou raramente se aplica, [e] que só elabor[ou] essas políticas obedecendo ordens superiores, perdendo um tempo precioso de trabalho”. Os demais bibliotecários entrevistados emitiram opiniões que destacam a importância da política de indexação em diferentes aspectos na rotina de bibliotecas.

A função mais mencionada para demonstrar a relevância do documento foi a de padronizar o processo de indexação, já que serviria para orientar os indexadores no presente e no futuro sobre as diretrizes estabelecidas. Logo, a política de indexação seria um guia com parâmetros comuns que deveriam ser seguidos por todos que vierem a trabalhar com indexação na biblioteca, evitando o retrabalho e economizando tempo de treinamento de novos bibliotecários indexadores.

A sua finalidade de facilitar a recuperação da informação também foi evidenciada. Até porque, segundo uma bibliotecária, “a indexação possui várias características que causam efeitos na recuperação da informação”, e a política “é de fundamental importância para garantir uma busca com segurança”. A política, por conseguinte, daria consistência ao catálogo, o que possibilitaria maior precisão na busca, evitando, nas palavras de outra bibliotecária, “a perda de tempo e o ‘silêncio’ na busca da informação”.

E a satisfação do usuário também deverá ser assegurada com a aplicação de uma política de indexação, pois, conforme dois bibliotecários registraram, o bibliotecário não poderia esquecer que a indexação não é para si, mas, sim, para o usuário da biblioteca. Um deles, inclusive, deu destaque ao estudo de usuário como



essencial para criar política de indexação, sob o argumento de que não “adianta ser extremamente detalhista na hora de escolher [...] uma palavra-chave se ela não for do mesmo grau de aprofundamento do usuário alvo daquela obra naquela biblioteca”.

Essas percepções se coadunam com a concepção de política de indexação como conjunto de diretrizes direcionadas à orientação do trabalho do indexador, de maneira a qualificar a indexação e otimizar o serviço de informação, mas, como se viu anteriormente, mais da metade dos bibliotecários entrevistados declararam que não há política de indexação formalizada em suas bibliotecas. Os interlocutores aguardam momento mais propício para sistematizar procedimentos referentes à indexação, o que, diante do crescimento do acervo e das alterações no contexto informacional, pode gerar cada vez mais incongruências que prejudicam a recuperação da informação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A indexação é um processo que causa impacto na busca por informação. Em diferentes ambientes informacionais, os usuários dependerão dos termos de indexação, de descritores e de palavras-chave atribuídas aos diversos documentos que compõem o acervo para recuperar a informação. E estudos acerca de como bibliotecários pensam e ponderam variáveis desse processo em suas rotinas e se distinguem benefícios em ter formalizados procedimentos necessários à sua execução permitem mapear crenças e valores que influenciam práticas de indexação e, por consequência, a recuperação da informação em bibliotecas.

Os resultados deste estudo revelaram que bibliotecários atuantes em bibliotecas do Brasil têm considerado as necessidades de revocação e precisão dos seus usuários. Por exemplo, do total da amostra, com mais de 80% dos bibliotecários experientes no processo de indexação, 65,2% usavam apenas linguagem controlada, 43,5% preferiam usar até cinco termos para a indexação de diversos materiais, e, 47,8%, um nível de especificidade moderado para garantir a eficiência e a precisão nas buscas em catálogo.

Contudo, muitas vezes, as suas decisões não estão balizadas em uma política de indexação que guie eles próprios e os seus colegas, aqueles que atuam



ou atuação no processamento técnico dos materiais que entram no acervo da biblioteca, o que inviabiliza a consistência nos níveis de exaustividade e especificidade e na linguagem utilizados no catálogo.

Indagados sobre quais documentos eram indexados em suas bibliotecas e os níveis de exaustividade e especificidades e a linguagem utilizados para indexá-los, a maioria dos bibliotecários escolares manifestou a preferência por níveis moderados de exaustividade e especificidade na indexação de livros usando a linguagem natural, enquanto bibliotecários de biblioteca pública e de bibliotecas universitárias apontam que diferentes tipos de documentos existentes em suas bibliotecas exigem também diferentes níveis de exaustividade e especificidade, de moderado a alto, conforme buscas dos usuários por determinados tipos de material, e que a linguagem controlada seria a mais conveniente para o sucesso na recuperação de documentos.

No entanto, mais da metade dos bibliotecários entrevistados também mostra que essas decisões referentes ao processo de indexação em suas bibliotecas não se encontram em política de indexação formalizada por escrito. Apenas 39,1% dos bibliotecários afirmaram trabalhar com uma política de indexação constituída, um de uma biblioteca escolar, um de uma biblioteca pública e sete de bibliotecas universitárias. E as razões para a inexistência de política de indexação nas bibliotecas, em geral, dizem respeito a dificuldades na gerência de tempo e à escassez de pessoal em suas organizações, e, também, à descrença de sua utilidade como documento norteador.

Aqueles que sentiam falta de uma política de indexação citaram como principais justificativas para tê-la formalizada a necessidade de uniformização das escolhas de bibliotecários que atuam em rede e a adaptação de novos funcionários que iriam trabalhar com indexação na biblioteca. Já os bibliotecários que vinham trabalhando com política de indexação formalizada destacaram a sua importância para qualificar o processo de indexação, oportunizando recuperação da informação mais ágil e segura ao usuário que, na consulta ao catálogo, obterá correspondências mais precisas conforme os assuntos pesquisados, sem perder tempo com resultados não pertinentes à pesquisa, que retornam muitas vezes na busca apenas pela falta de padronização dos procedimentos relativos ao processo de indexação.



Desse modo, efeitos mais pragmáticos relacionados à coesão e à continuidade do processo de indexação que uma política formalmente estabelecida é capaz de condicionar não passam despercebidos por bibliotecários atuantes. E, mesmo que a formalização de uma política de indexação ainda não seja prática tão comum nas rotinas de alguns desses bibliotecários de bibliotecas escolares, públicas e universitárias, as suas percepções semelhantes e díspares acerca da indexação expostas neste estudo fornecem detalhes de como ocorre o processo de indexação em diferentes tipos de biblioteca, o que pode ser útil a profissionais que desejem construir diretrizes de indexação em suas bibliotecas.

**Abstract:** This article aims to analyze the perceptions that interviewed librarians expressed have pointed out about the process of indexing in the library in which they enact and the importance of formalizing an indexing policy in libraries. Thus it presents considerations by authors of library and information science on the indexing process and the functions and purposes of the indexing policy in libraries, and, in the sequence, an exploratory and descriptive study with a qualitative and quantitative approach of data obtained through structured interviews carried out with 23 librarians working in school, public and university libraries in Brazil, in October 2020, which showed that, about the indexing process, the librarians interviewed considered the needs of revocation and accuracy of the users of the libraries in which they enact, and also the composition of the collection of the library in terms of their areas of knowledge and the variety of their document types, but more than half of the interviewees do not have their decisions demarcated in an indexing policy that guides themselves and their colleagues, those who enact or will enact in the technical processing of the materials that enter the collection of the library, which makes the consistency in the levels of exhaustiveness and specificity and language used in the catalog unfeasible. However, even though the construction of an indexing policy does not prevail in their routines, since only 39.1% claimed to have a formalized indexing policy, one from a school library, one from a public library and seven from university libraries, the exposing their perceptions provides details of how the indexing process occurs in these types of libraries, which can be useful to professionals who wish to build indexing guidelines in libraries.



**Keywords:** Librarians; indexing; indexing policy.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 12676:** Métodos para a análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

BOCCATO, Vera Regina Casari. A linguagem documentária em catálogos on-line para política de indexação. *In:* GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 139-151. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf). Acesso em: 14 set. 2021.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87527>. Acesso em: 14 set. 2021.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/19202>. Acesso em: 14 set. 2021.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008. 451 p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 14 set. 2021.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação para bibliotecas: funções e finalidades. *In:* FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 15-19 Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politicas-de-indexacao-para-bibliotecas\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politicas-de-indexacao-para-bibliotecas_ebook.pdf). Acesso em: 14 set. 2021.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. *In:* FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias.



São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-42. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/109109>. Acesso em: 14 set. 2021.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos Santos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnósticos e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/117877>. Acesso em: 14 set. 2021.

GIL LEIVA, Isidoro. Aspectos conceituas da indexação. In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 31-105. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf). Acesso em: 14 set. 2021.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília, DF: Brique de Lemos. 2004. 452 p.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a05v31n1.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

OLIVEIRA, Lais Pereira de. Política de Indexação: concepções acerca do conceito e percepções em torno de sua elaboração. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 2, p. 39-58, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36466>. Acesso em: 15 set. 2021.

RUBI, Milena Polsinelli. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-93. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/109109>. Acesso em: 14 set. 2021.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf). Acesso em: 14 set. 2021.